

**DISCUSSÕES SOBRE TERRITORIALIDADE ECONÔMICA E AS
TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM E NO ESPAÇO RURAL
PELA AÇÃO DE *TRADES* AGRÍCOLAS E COOPERATIVAS NO
PARANÁ**

**QUARRELS ON ECONOMIC TERRITORIALITY AND THE
TRANSFORMATIONS IN THE LANDSCAPE ANDE THE
AGRICULTURAL SPACE FOR THE ACTION OF
AGRICULTURAL AND COOPERATIVE TRADES IN THE
PARANÁ STATE (BRAZIL)**

Sergio Fajardo

Professor do Departamento de geografia da UNICENTRO, Guarapuava – PR.
Doutorando em Geografia pela UNESP, Campus de Presidente Prudente – SP.
sergiofajardo@hotmail.com

Resumo: O artigo tem o objetivo de discutir conceitualmente a territorialidade econômica e as transformações na paisagem resultantes da ação de grandes empresas e cooperativas no espaço rural do estado do Paraná. A forte presença de cooperativas agropecuárias e a grande participação de grandes grupos empresariais multinacionais (as chamadas *trades* agrícolas) na atividade agrícola e agroindustrial, caracterizam uma territorialidade econômica. O meio rural materializa na paisagem a territorialidade resultante da ação das empresas, no processo produtivo que articulam. Categorias espaciais como estrutura, forma, funções, processos, fixos e fluxos constituem os objetos presentes na paisagem definidos por uma lógica econômica, contrastam e interagem com elementos naturais (como clima, solo, vegetação, hidrologia, etc.). Alguns exemplos podem ser citados como a própria exploração das atividades agropecuárias, estrutura de armazenagem, agroindustrialização, fluxos de produção e redes técnicas e de transporte articulando as áreas produtoras com centros industriais ou na comercialização, se materializam na paisagem. O artigo propõe discutir a possibilidade de, numa única racionalidade voltada à lógica externa, global, da chamada “agricultura científica globalizante”, identificar processos diferentes de territorialidade a partir das estratégias diferenciadas das empresas (multinacionais e cooperativas).

Palavras-chave: territorialidade econômica, espaço rural, paisagem, *trades* agrícolas, cooperativas agropecuárias.

Abstract: The article has the objective conceptually to argue the economic territoriality and the transformations in the landscape resultant of the action of great companies and cooperatives in the agricultural space of the state of the Paraná. The strong presence of farming cooperatives and the great participation of great enterprise groups multinationals (the calls *trades* agriculturists) in the agricultural and agro-industrial activity, characterize a economic territoriality. The agricultural way materializes in the landscape the resultant territoriality of the action of the companies, in the productive process who articulate. Space categories as structure, form, functions, processes, fixtures and flows constitute objects gifts in the landscape defined by a economic logic, contrast and interact with natural elements (as climate, ground, vegetation, hidrology etc.). Some examples can be cited as the proper exploration of the farming activities, structure of storage, industrialization, flows of production and nets techniques and transport articulating the producing areas with industrial centers or in the commercialization, if they materialize in the landscape. The article considers to argue the possibility of, in an only rationality directed to the external, global logic, of the call "global cientific agriculture", to identify different processes of territoriality from the differentiated strategies of the companies (multinationals and cooperatives).

Key-words: economic territoriality, agricultural space, landscape, *trades* agriculturists, farming cooperatives.

Introdução

Na perspectiva de alcançar a investigação das territorialidades de grandes empresas no espaço rural e o resultado na organização territorial no Paraná, deve-se inicialmente considerar a força dessas mesmas empresas na economia regional. Pode-se, desse modo, chegar ao entendimento das mesmas como agentes de organização do espaço. No caso o Estado estaria presente ou ausente conforme a combinação de interesses envolvidos, em termos de preocupações com crescimento da participação produtiva desses espaços, no âmbito do conjunto econômico. A expansão na base geográfica de atuação das cooperativas significa o recebimento de uma maior variabilidade de produtos agropecuários e diversificação nas linhas de produção (FONSECA; COSTA, 1995, p.364). Com isso amplia-se ainda mais a significação desse tipo de empresa para a estruturação econômica regional e sua respectiva organização espacial. O papel das cooperativas chega a ser evidente diante dos dados existentes¹ sobre a atividade econômica desse tipo de empresa no Paraná. As outras empresas

¹ Conforme OCEPAR (1999) a participação das cooperativas agropecuárias paranaenses na produção e exportação de trigo ultrapassa 90%, enquanto no caso da soja está em cerca de 70% da produção paranaense.

(*trades*) adentram o país procuram estabelecer o mesmo nível de participação. Fatias do mercado e do território são disputadas conformando novas configurações. O território em questão é compreendido na perspectiva integradora (HAESBAERT, 2004, p. 74) indo além do aspecto econômico predominante, avançando para um espaço compreendido além das visões estritas: natural, política, econômica ou cultural.

Metodologicamente, o trabalho discute aspectos conceituais importantes procurando demonstrar as relações existentes entre a abordagem econômica na Geografia e os estudos do espaço rural, onde a viés produtiva acaba predominando nas análises.

A territorialidade econômica no espaço rural

Ao avaliar as implicações espaciais decorrentes da presença das cooperativas e agropecuárias e das *trades* na organização e desenvolvimento do espaço regional paranaense a partir da década de 1970, são consideradas a relevância e representatividade na seleção dos casos. Ao mesmo tempo em que essa territorialidade a partir do processo econômico produz uma dinâmica regional calcada na estrutura produtiva, resulta ainda em mudanças na paisagem rural. Tais mudanças ocorrem exemplarmente a partir da inserção das cooperativas agropecuárias e das *trades* no cenário regional. A questão que se coloca é se há uma disputa territorial significativa entre essas empresas, que vai além da competição mercadológica? Ao caracterizar o atual quadro regional das cadeias produtivas, esse fato pode ser sinalizado.

As transformações ocorridas no espaço rural nas últimas décadas resultam de um processo de aprofundamento das relações capitalistas no campo. Cada vez mais, os encadeamentos inter-setoriais permeiam as atividades agropecuárias. Considerando que os processos econômicos, e a economia capitalista como um todo, são responsáveis pela produção do espaço que articula os objetos das relações sociais e de trabalho na reprodução do capital, o espaço agrário constitui sua funcionalidade na divisão social e territorial do trabalho.

Assim, a produção do espaço é produção de objetos que articulam e organizam, em suas funções específicas, intercâmbios sociais que envolvem o trabalho e a produção. O espaço seria, neste caso, a materialidade e a mediação entre os sistemas de produção, de controle e reprodução do trabalho em sua dimensão técnica e material. (GODOY, 2004, p. 33).

Nesse sentido, a produção econômica (e reprodução do espaço capitalista) tem uma abrangência geral, não podendo ser consideradas formas de acumulação distintas as que se encontram no âmbito rural.

Com a agricultura transformada num empreendimento totalmente capitalista, as atividades agropecuárias passam a ser uma área como qualquer outra para aplicação do capital, devendo o investimento auferir a lucratividade média. (LOPES, 1981, p.20).

Numa visão geográfica, as empresas cooperativas podem ser entendidas como agentes de transformação espacial, na medida em que atuam em determinadas áreas de forma regionalizada, estabelecem também uma parcela de divisão do trabalho, colaborando para o arranjo territorial (local e regional) e para a definição (temporal) de uma certa dinâmica social, que resulta numa ação no espaço.

A cada divisão do trabalho, muda o uso do território em virtude dos tipos de produção e das formas como se exercem as diversas instâncias de produção, exigindo novos objetos geográficos (casas, silos etc...) e atribuindo valores novos aos objetos preexistentes. (SANTOS, 1997b, p. 114-115).

Do mesmo modo, grandes grupos empresariais internacionais, caracterizam-se por conformar um direcionamento (externo) das atividades produtivas regionais. Sendo o objeto da ciência geográfica o espaço produzido num determinado território e esse resulta de diversas determinações que compõem a totalidade também chamada de paisagem, esse espaço é produzido e organizado nas relações capitalistas da mesma maneira que pelos outros agentes econômicos. A noção “territorial” abarca elementos teóricos que interagem conceitualmente, e, na prática essa idéia (da territorialização na produção do espaço enquanto totalidade) pode ser aplicada a uma visão mais aberta acerca do verdadeiro significado geográfico da análise, que muitas vezes é mero estudo econômico. Como afirma Storper (1994, p. 26) essa dimensão (territorial) deveria ser observada mesmo nas políticas de desenvolvimento

Se o desenvolvimento de centros industriais e territoriais é, como sustento, um elemento necessário da participação bem-sucedida na economia global, então, precisamos desenvolver uma nova sabedoria convencional nos círculos de políticas de desenvolvimento. A dimensão territorial - tanto no sentido de região como no de nação - e, combinada, a idéia de espaço econômico devem constituir os elementos centrais dessa sabedoria. (STORPER, 1994, p. 26).

Ainda que haja um predomínio de um raciocínio “economicista” quando se trata da visualização de um espaço na forma de “paisagem”, onde uma visão marxista enxergaria simplesmente como algo estático, a materialização de um instante da paisagem (como em Milton Santos, 1997), ou ainda o trabalho morto, coloca-se aqui uma proposição mais ampla. O espaço, mesmo que dominado e produzido por fatores econômicos, encontra reflexos que lhe escapam, como na constituição de uma paisagem rural influenciada por aspectos físico-ambientais.

Mesmo considerando uma abordagem dialética, não exatamente marxista, como em Demo (1987, p. 85), uma visão dialética “histórico-estrutural” compartilhando elementos do marxismo, pode contribuir enormemente para esclarecer as contradições da realidade estudada, ou seja, o espaço resultante do processo de produção capitalista sendo refletido na paisagem rural. O território, que é historicamente construído, manifesta os seus componentes sócio-econômicos.

Transformações na paisagem e espaço rural

Processos de ordem econômica afetam diretamente os aspectos visíveis da paisagem além dos próprios processos naturais combinados no interior da mesma. Assim como a produção econômica conforma uma organização espacial específica, a paisagem possui uma organização onde elementos naturais (como clima, solo, vegetação, hidrologia, etc.) e fatores humanos encontram-se em permanente contato e interação. No espaço agrário ou rural, essa interação fica mais evidente e visível, pois as atividades agrícolas não apenas usam da paisagem enquanto suporte físico ou territorial, mas dependem dos elementos naturais presentes na mesma como recurso vital.

Na produção agrícola, a exploração dos recursos se processa no uso do potencial ecológico pela exploração biológica. Ao analisar o papel das cooperativas agropecuárias e das grandes *trades* na organização do espaço regional paranaense, como agentes ativos (na produção agropecuária e agroindustrial), constata-se que fatores de ordem econômica atuam como elemento antrópico decisivo na combinação que resulta na definição de uma paisagem rural característica.

Na discussão sócio-econômica, entende-se que as cooperativas agropecuárias funcionariam, teoricamente, ao mesmo tempo como empresa e como entidade social, que unem uma relação de interesses recíprocos, representando ideais coletivistas dos associados (BERNARDO, 1998, p.106). E o conjunto destas representa um segmento importante no contexto econômico. A configuração agrária brasileira caracterizada por um intenso processo de modernização, acompanhado por inúmeras transformações relacionadas à articulação, cada vez maior, entre a agricultura e a indústria a partir do final da década de 1960, através de encadeamentos intersetoriais, estabelece um ritmo ao sistema econômico, que teve de ser perseguido pelas cooperativas para sua própria sobrevivência.

As cooperativas agropecuárias constituem um elemento de fundamental importância para a compreensão do processo histórico de modernização da agricultura paranaense e consolidação do capital no campo. Cabe agora avaliar o impacto nessa ação, a partir da participação de grandes empresas de capital internacional (como as *trades*) no setor rural, bem como o posicionamento do Estado em relação ao fato.

A ampliação da divisão do trabalho e do intercâmbio gera a aceleração do movimento e mudanças mais rápidas na forma e no conteúdo. As diferenças entre lugares que eram antes devidas a uma relação direta entre sociedade local e o espaço local, hoje apresenta outra configuração, já que se dão como resultados das relações entre um lugar dado e fatores longínquos, vetores provindos de outros lugares, relações globais das quais o lugar é suporte. (SANTOS, 1997a, p. 98).

As chamadas *trades* representariam a materialização das relações externas como determinantes na configuração e no direcionamento das atividades produtivas. Por conseguinte, as mesmas estariam vinculadas a um sistema de decisões que é internacional e global. Empresas cooperativas e as *trades* também assumem papel de forma, função, estrutura e processo na reprodução das relações sociais de produção. A materialização dos objetos construídos na paisagem (por exemplo a estrutura de armazenagem e beneficiamento) constituiria as formas concretizadas no espaço, o arranjo territorial. A existência de uma rede de circulação e de um fluxo da produção agropecuária e agroindustrial representariam os processos e as funções nas interações dentro do espaço.

Estariam as grandes empresas multinacionais que atuam no campo, denominadas *trades*, bem como as empresas que se apresentam como cooperativas agroindustriais, vinculadas a lógica global de uma agricultura científica em detrimento da pequena produção? Esse é um ponto a ser refletido.

Nas áreas onde essa agricultura científica globalizada se instala, verifica-se uma importante demanda de bens científicos (sementes, inseticidas, fertilizantes, corretivos) e, também, de assistência técnica. Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos. São essas condições que regem o processo de plantação, colheita, armazenamento, empacotamento, transportes e comercialização, empacotamento, transportes e comercialização, levando à introdução, aprofundamento e difusão de processos de racionalização que se contagiam mutuamente, propondo a instalação de sistemismos, que atravessam o território e a sociedade, levando com a racionalização das práticas, a uma certa homogeneização. (SANTOS, 2002, p. 89).

O estudo das grandes cooperativas agropecuárias paranaenses e *trades* sem conjunto representa uma tentativa ousada de compreensão dos resultados da ação desse tipo de empresa no espaço geográfico, como agente dinâmico. A discussão do desenvolvimento regional é contemplada nesse sentido. Ao considerar os aspectos que envolvem a atuação de grandes empresas na busca de vantagens comparativas de um espaço (PASSOS; MORO, 2003, p. 11) o caráter geográfico manifesta-se nas estruturas desses espaços (modelados, remodelados e transformados). Tal realidade pode ser percebida numa visão que integra as vertentes: econômica, social e ambiental sob o foco regional.

Territorialidade das cooperativas no espaço rural paranaense

No Sul do Brasil as atividades agropecuárias e agroindustriais são responsáveis por uma parte significativa do Produto Interno Bruto – PIB, e dentro dessas atividades as cooperativas agropecuárias desempenham papel de destaque (BRDE, 2003, p. 93). A explicação para esse fato deve ser buscada na ação das mesmas como agentes de difusão do progresso técnico na agricultura e na intermediação com as indústrias e dos créditos oferecidos pelo Estado (FONSECA; COSTA, 1995, p. 365). Na Região Sul a

participação dessas cooperativas é extremamente significativa para a evolução da produção agropecuária. Como enfatiza o BRDE (2003, p. 93):

De fato essas empresas são responsáveis pelo recebimento, industrialização e comercialização de uma parcela substancial da produção agrícola e pecuária dos três Estados da Região, contribuindo, desta forma, para a geração de mais de 60 mil empregos diretos. Na maioria dos municípios onde estão instaladas, as cooperativas são as maiores geradoras de empregos e de impostos [...]

Ainda que no Brasil, um país caracterizado por uma debilitada estrutura agrária, o cooperativismo tenha surgido como alternativa sócio-econômica que evitasse conflitos sócio-econômico das classes produtoras, no ápice da pirâmide social (VILELA, 1998, p. 308-309), a ação dessas como empresas capitalistas, prevaleceu. Sendo assim, muitos dos princípios cooperativistas perderam o significado para os princípios econômicos (BERNARDO, 1998, p. 105-109).

Com o crescimento das cooperativas agropecuárias no Sul do Brasil, em especial no Paraná, a auto-afirmação das mesmas no mercado como empresas, conciliada a sua existência enquanto entidade cooperativa tem significado um verdadeiro desafio. O surgimento das cooperativas no meio rural paranaense tem raízes históricas e econômicas que associam a evolução da estrutura agrária com as conjunturas econômicas caracterizada por crises cíclicas.

No Paraná, a agricultura desempenhou também um papel de elemento impulsionador da economia regional, ainda que assumisse uma posição periférica em relação a São Paulo (PADIS, 1981, p.214). As práticas agrícolas tradicionais, com atividades que incluíam a cultura do café e a extração de madeira e erva-mate, sofrem intensas alterações a partir dos anos 1970, com o advento da modernização. A indústria paranaense até os anos de 1970 esteve assentada em boa parte no setor agroalimentar e predomínio da agroindústria na dinâmica industrial do Paraná perdurou nos anos de 1980 (TRINTIN, 1993, p. 89).

A passagem do modo tradicional para o modo moderno de produzir (o Padrão Agrário Moderno) na agricultura brasileira é atribuída por Kageyama (1987, p.4) e Graziano da Silva (1996, p.6) ao processo de desarticulação desse Complexo Rural e

sua dinâmica simples com bases artesanais de produção. Com o padrão antigo em crise, que teve seu auge na década de 1950 começa a gestação de um novo padrão agrário, moderno e dependente da dinâmica industrial.

Esse “novo” padrão chega ao Paraná nos anos de 1970, sendo que as cooperativas agropecuárias atuaram como principais agentes da modernização e industrialização da agricultura. As condições paranaenses eram muito favoráveis. A economia estava integrada ao mercado nacional, havia disponibilidade de terras excelentes e existia um nível razoável de acumulação entre os produtores de café, o que levou ao impulso modernizante no norte do Estado (FLEISHFRESSER, 1988, p.17-18). Aliado a esses fatores, o fato das cooperativas encontrarem fortes estímulos governamentais, representou decisivo passo rumo às alterações na base produtiva do Estado, promovidas pelas mesmas.

As características das cooperativas enquanto “comercializadoras”, reunindo produtores interessados em obter melhores ganhos de escala e benefícios da própria organização cooperativa, predomina no Brasil até início dos anos de 1970 (DELGADO, 1985, p. 165). Sendo que a partir daí, a modernização passa a constituir uma das ações primordiais das cooperativas. Desse modo, há uma diferença entre a situação enfrentada por cooperativas já existentes (como no caso das cooperativas de cafeicultores, exemplo da Cocamar) e daquelas que foram criadas justamente nesse momento (caso da Coamo). Esse fator justifica a escolha de duas cooperativas organizadas em períodos distintos, mas que atingiram níveis de desenvolvimento comparáveis.

A partir do final da década de 70, ganham destaque a moagem dos grãos e a produção de óleo, sendo que a Cocamar [...] instala sua indústria em 1979, entrando num mercado oligopólico dominado por grandes empresas não cooperativas como SANBRA, ANDERSON CLAYTON, CARGILL, BRASWEY e outras, que já trabalhavam com grãos, localizadas nos pólos agroindustriais de Londrina, Maringá e Apucarana. Outras cooperativas passam a atuar na cadeia de oleaginosas como a Coamo [...] e a Corol [...]. (FAJARDO, 2000, p. 36).

Interessante observar que as cooperativas acompanharam as modificações no espaço rural paranaense ativamente, consolidando a implantação de lavouras modernas e da agroindustrialização. Relevante, então, torna-se a análise dessas “empresas” como elementos que produzem o espaço, orientando a produção, produtores e a economia

regional. Vale ressaltar também a organização regionalizada no território, e atuação que considera uma estrutura conjunta.

Além disso, a expansão da soja foi um elemento fundamental na dinamização do setor, ao dinamizar a agricultura das regiões onde as cooperativas estão instaladas. A rentabilidade dessa cultura permitiu a geração de excedentes que complementaram, sem encargos exagerados para os produtores associados, os recursos necessários para a expansão dessas cooperativas. (LEÃO, 1989, p. 44).

O papel das grandes cooperativas, que alcançaram um processo de agroindustrialização entre o final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, é também de representar o capital nacional, que era minoritário nos novos investimentos industriais.

No decorrer da década de setenta, instalou-se no Estado, a grande empresa moderna com tecnologia de ponta, concorrendo no plano nacional e internacional. Este fato resultou na eliminação de inúmeras pequenas e médias empresas e favoreceu a concentração industrial. Podemos destacar que neste processo também houve uma maior participação relativa do capital multinacional, frente ao capital nacional. (TRINTIN, 1993, p. 89).

O Complexo Soja representou um dos principais alicerces para a estruturação das cooperativas nessa nova base produtiva, onde a industrialização passa a ser meta. Para o país, e, particularmente, ao Estado do Paraná, as transformações espaciais provocadas pela soja foram intensas. Por meio da diversificação de atividades e expansão do sistema técnico na medida em que se desenvolve, implicou também em reestruturação das relações sociais (BERNARDES, 1996, p. 363). A participação no mercado internacional do produto brasileiro, em especial paranaense, exigiu níveis altos de competitividade, como afirma o BRDE (2003, p. 59):

Este excelente desempenho do Brasil no mercado internacional de soja é resultado de uma conjunção de fatores favoráveis, dentre os quais se destaca o nível de produtividade alcançado pela produção nacional *vis-a-vis* o detido pelos principais concorrentes. O Brasil detém atualmente, juntamente com a Argentina, os menores custos de produção entre os grandes produtores mundiais de soja [...] os custos de produção no Estado do Paraná chegam a ser mais de 20,0 % menores que nos EUA.

O cenário econômico paranaense constitui um território decisivamente organizado a partir dessa dinâmica produtiva, onde grandes empresas competem para a

capitalização a partir da base geradora das atividades: a agricultura. As maiores cooperativas do Estado adotam então as mesmas estratégias das grandes empresas, agregando valor por meio das atividades industriais. Nesse sentido, os mesmos problemas de outras empresas que concorrem no setor agroindustrial, são enfrentados pelas cooperativas.

Essa organização integrada das cooperativas resumia-se numa definição de áreas de atuação dos “Projetos de Integração Cooperativista” (PICs), onde o Paraná dividia-se em três grandes áreas: Projeto Iguazu de Cooperativismo – PIC - que abrangia o Oeste e o Sudoeste; o Projeto Norte de Cooperativismo – NORCOOP, que cobria todo o Norte e parte do Centro do Estado e o Projeto Sul de Cooperativismo – SULCOOP responsável pelo Centro-Sul (OCEPAR, 1997). A Organização das Cooperativas do Paraná – OCEPAR nasce, inclusive, nesse período, apoiando a execução dos projetos durante a década de 1970 e constituindo-se como entidade representativa das cooperativas (FAJARDO, 2004, p. 167).

Vale ressaltar que a organização das cooperativas conseguiu nos anos seguintes atingir os objetivos de transformar toda a estrutura produtiva agrícola, orientando e induzindo a modernização tecnológica e diversificação da produção agropecuária regionalmente, segundo os interesses de expansão dos capitais e agregação de valor via agroindústria.

Por outro lado, uma forte crise afeta o setor cooperativista paranaense em meados dos anos 1980, motivada pela crise na agricultura e escassez de financiamentos que resultaram em endividamentos.

Em meados da década de 80, as cooperativas agropecuárias, após significativa expansão, desde aquelas que se mantiveram com estruturas tradicionais até as que exibiam modernas e complexas estruturas agroindustriais, passaram a evidenciar graus significativos de endividamento, esgotamento na capacidade de gerar sobras e, conseqüentemente, limitadas possibilidades de manter as mesmas taxas de crescimento apresentadas anteriormente. (MARANDOLA; LUGNANI, 2001, p. 60).

Como a participação das cooperativas no setor agroindustrial não abrangeu a todas elas, aquelas que não se capitalizaram o suficiente permaneceram como meras comercializadoras e algumas outras em melhor posição atingiram a verticalização a

partir do final dos anos de 1970 e principalmente, durante a década de 1980. Além da verticalização, ocorrida em cooperativas como a Cocamar e Cocari (MEDEIROS, 1997, e FAJARDO, 2000) cooperativas como a Coamo expandiram-se horizontalmente extrapolando a área de atuação inicial (FAJARDO, 2004, p. 167). Tal fato que ocorre com outras cooperativas, mas o caso da Coamo é mais representativo.

O conjunto cooperativista paranaense deve às cooperativas agropecuárias grande parte do faturamento do setor. Entre as cooperativas registradas na OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, a participação dessas cooperativas na produção agropecuária é bastante significativa. (TABELAS 1 e 2).

TABELA 1: COOPERATIVAS REGISTRADAS NA OCEPAR – 2004

Ramo	Nº de cooperativas	Ramo Nº de cooperados
Agropecuário *	71	100.757
Transporte	15	1.334
Crédito	55	215.046
Educacional	12	2.024
Habitacional	01	52
Infra-estrutura eletr.rural	08	7.871
Saúde	32	10.763
Trabalho	14	10.426
Turismo	01	39
TOTAL	209	348.309

Fonte: Ocepar (2004, p. 100).

Observação: *Apesar da Ocepar ainda classificar como “agropecuárias” as cooperativas que atuam com a produção agrícola, recentemente (em 2003) com o novo Código Civil, várias cooperativas (como a Coamo e a Cocamar) passaram a se auto-denominar como “cooperativas agroindustriais”, visando uma atualização que aproxima a denominação aos objetivos das mesmas.

TABELA 2: INDICADORES DO COOPERATIVISMO NO PARANÁ - 2000 A

2004

INDICADORES/ANOS	2000	2001	2002	2003	2004
Faturamento (bilhões)	6,49	8,02	11,21	15,50	18,12
Cooperativas (unidades)	194	193	202	204	221
Cooperados (unidades)	243.224	245.884	266.523	293.579	364.731
Funcionários (unidades)	28.460	30.421	32.693	39.059	49.109
Exportações (milhões US\$)	355,42	633,82	643,87	800,00	918,00
Investimentos (milhões US\$)	-	300	350	450	765
Participação no PIB do Paraná	9,70 %	10,50 %	13,30 %	16,50 %	18 %
Participação no PIB agropecuário do Paraná	47,00 %	55,00 %	52,00 %	53,00 %	55 %

Fonte: Ocepar/Getec. O PIB do Paraná em 2003 foi de R\$ 94, 17 bilhões e o valor bruto da produção agropecuária foi de R\$ 28, 01 bilhões.

Extraído de: INDICADORES ECONÔMICOS. **Paraná Cooperativo**. Curitiba, ano 2, n. 16, p. 50, nov./dez. 2005.

Com relação ao acesso às novas tecnologias, na medida em que novos padrões são colocados no dia-a-dia da produção, quando a mesma passa a se orientar por um ritmo ditado por esse ritmo, as cooperativas tendem a incorporar os produtores que conseguem acompanhar as mudanças.

As cooperativas têm trabalhado com base em um modelo de transferência de tecnologia, usando-se, para isso, treinamento e visitas técnicas; e desenvolvem grupos de produtores no sentido de otimizar o trabalho de transferência de tecnologia, o que é feito por técnicos das próprias cooperativas [...]. (GASQUES; VILLA VERDE; OLIVEIRA, 2004, P. 12).

Num sistema econômico desigual, as disparidades que acontecem espacialmente, diferenciando regiões na divisão territorial do trabalho, também ocorrem setorialmente (como no caso do competitivo setor agroindustrial com participação das cooperativas), tendo em vista que a seletividade reforçada pela concorrência². Se a diferenciação não

² Ainda que as cooperativas, e mesmo a Ocepar, evitem comentar nas publicações oficiais ou nos contatos que se estabelecem com elas (percebidos nas experiências que tivemos na pesquisa de campo desde o

deixa escapar nem mesmo um grupo organizado de empresas, desigual também é a participação de cada produtor cooperado. Nesse sentido, os maiores produtores são os que mais se beneficiam pelo crescimento da cooperativa, acentua-se assim a concentração da ampliação dos ganhos com a diferenciação de renda onde uns acumulam mais que outros.

O funcionamento das cooperativas parece, portanto, condicionado pela dinâmica do sistema capitalista vigente, cuja característica fundamental é o desenvolvimento desigual das diversas categorias que compõem seu quadro social. Assim, o processo de diferenciação sócio-econômica observado na sociedade reflete-se nas organizações cooperativas, que funcionam como um aparato do modelo desigual de desenvolvimento capitalista. (VILELA, 1998, p.308).

As vantagens que as cooperativas obtêm frente às demais empresas do setor no Paraná, em termos de concorrência, estão presentes também nessa “expansão planejada”, em que a organização direcionou até a agroindustrialização. Além disso, os conhecidos benefícios tributários e creditícios oferecidos pelo grande aliado: o Estado, que favorecem uma organização cooperativa, estimularam o salto econômico de certas cooperativas. O chamado “agronegócio” tem mais esse “ator” no “jogo” competitivo do mercado agroindustrial que se expande com a economia paranaense.

Territorialidades das *trades* no espaço rural paranaense

Constata-se que as maiores *trades* estrangeiras que atuam no Brasil, a Bunge, a Cargill, a ADM e a Dreyfuss (Coinbra), são responsáveis pela comercialização e processamento da maior parte da produção agrícola do país, sobretudo grãos (destacam-se principalmente: a soja, o milho e o cacau). Esse fato resulta numa territorialidade composta por redes de logística, armazenagem e de unidades de industrialização,

Mestrado entre 1998 e 2000) há uma competição e certa rivalidade entre as grandes cooperativas paranaenses, sentidas na expansão de algumas em detrimento da estagnação ou crise enfrentadas por outras. Fatores relativos à gestão administrativa podem explicar os rumos tomados pelas cooperativas e o “controle” das cooperativas pela organização conjunta (pela Ocepar) não é maior que a autonomia e a competitividade empresarial exercida por cada uma. Mas de certo modo projetos conjuntos e parcerias distinguem essa competição interna, que é muito reduzida se comparada àquela existente com as demais empresas do setor.

espalhados no território nacional, em consonância com as estratégias globais de crescimento. No Paraná³, sobretudo a Bunge e a Cargill são as que têm com maior atuação. A Bunge tem maior distribuição regional (espalhada em todas regiões do território paranaense), a Cargill destaca-se por sua grande infra-estrutura de processamento.

A Bunge

Não é recente a presença da Bunge no território brasileiro. A empresa iniciou suas atividades Brasil em 1905 com o Moinho Santista S/A, hoje parte da Bunge Alimentos. “Atualmente a companhia é considerada pioneira na comercialização de grãos e fomento agrícola, ações que foram iniciadas pela Sanbra e pela Samrig que contribuíram significativamente para o fortalecimento do agronegócio brasileiro”. (BUNGE, 2005a, p. 1).

Do ponto de vista da organização espacial, desde o início da década de 1990, ainda sob a denominação “*Bunge y Born*”, o caso da Bunge, seu papel e funcionalidadena construção do “espaço do capital” é exemplificado enquanto corporação multinacional que atua em todo território nacional como aponta Corrêa (1991, p. 64):

No Brasil, atua nos setores de óleos vegetais, farinha de trigo, rações, adubos, produtos químicos, tecidos, cimento, seguros etc. [...] A corporação emprega milhares de pessoas e manipula anualmente outras tantas toneladas de matérias-primas e produtos acabados. [...] a Bunge y Born atribui a cada uma de suas áreas ou pontos um papel diferenciado, segundo suas possibilidades e os interesses da corporação. A divisão territorial do trabalho é assim influenciada por ela, que tem, por sua vez, a sua própria organização espacial: escritórios nacionais, regionais e locais, usinas de beneficiamentos, depósitos, minas e fábricas.

Trata-se da maior empresa do setor de alimentos do Brasil, com um faturamento em 2004 de 5,4 bilhões de dólares. (RIBEIRO, 2005, p. 40). Isso sem contar a outra

³ Atuam também no Estado a Coinbra e a ADM, mas o de produção de grãos alcançado pelas mesmas e faturamento ainda é bem inferior às mencionadas.

subsidiária, a Bunge Fertilizantes⁴. O total de faturamento em 2004 do Grupo Bunge foi de R\$ 23,2 bilhões reais, com 73 unidades, entre as fábricas, portos e centros de distribuição e, ainda, 226 silos de grãos, e está presente em 16 estados brasileiros (BUNGE, 2005b, p.3).

A Cargill

A Cargill é uma empresa fornecedora internacional de alimentos, produtos agrícolas e de gerenciamento de risco. Conta atualmente com 124.000 funcionários em 59 países e seu faturamento da Cargill no ano fiscal 2004/2005 foi de US\$ 71,1 bilhões (CARGILL, 2006a, n.p.). A empresa fundada em 1865 e sediada dos Estados Unidos (Minneapolis – Minnesota), chega ao Brasil em 1965 com raízes ligadas no segmento do agronegócio e é hoje uma das mais importantes indústrias de alimentos do país. Tem sua matriz nacional em São Paulo e possui fábricas e escritórios em mais de 170 cidades e cerca de 22.500 funcionários (CARGILL, 2006b, n.p.).

Há 40 anos, começou suas operações em uma pequena usina de beneficiamento e produção de sementes híbridas de milho, em Avaré, no interior de São Paulo. Hoje, é uma das maiores indústrias de alimentos do País, com fábricas, escritórios e terminais portuários, em aproximadamente 170 cidades de 18 Estados. A Cargill no Brasil está entre as principais unidades da companhia – que tem sede em Minneapolis (EUA) – e oferece soluções diferenciadas na comercialização, processamento e distribuição de produtos e serviços agrícolas, alimentícios, financeiros e industriais em um país de grandes dimensões. (CARGILL, 2005, p. 4).

Além do ramo alimentício, a empresa trabalha com óleos, lubrificantes e amidos industriais. Na década de 1970, a Cargil investiu na instalação de indústrias de processamento de soja que representa até hoje uma de suas principais atividades.

Em 1970, a Cargill alugou uma pequena fábrica no bairro de Jaguaré, em São Paulo, e começou a produzir o óleo Veleiro - 20 toneladas por dia. O

⁴ Conforme números apresentados por Ribeiro (2005, p.40) somente a Bunge Fertilizantes, atuando no setor Químico/Petroquímico faturou 2,5 bilhões de dólares em 2004.

sucesso dessa primeira experiência conduziu à implantação definitiva do Complexo Soja na Cargill, cujo primeiro passo foi a construção da Unidade de Processamento de Óleo e Soja de Ponta Grossa, inaugurada em 1973. A escolha dessa cidade se deveu, entre outras razões, ao fato de Ponta Grossa ser um importante centro rododiferroviário de um dos maiores estados produtores de soja - o Paraná. (CARGILL, 2006a, n.p.).

Essa participação da Cargill no Paraná a coloca como uma das mais importantes *trades* instaladas no Estado. Devido sua capacidade de processamento ela mantém relações comerciais inclusive com outras *trades*, além de cooperativas⁵ agropecuárias. Os casos estudados, das grandes empresas e cooperativas que atuam no território paranaense (Cargill, Bunge, Coamo e Cocamar) permitem uma avaliação da dinâmica do processo de territorialidade econômica no contexto regional, característico de uma economia regional voltada para agricultura de exportação vinculada às cadeias produtivas agroindustriais.

Considerações finais

A presente discussão busca estabelecer uma base analítica e conceitual abordando a territorialidade econômica resultante da ação de grandes empresas no espaço rural (conceito também enfocado) e os reflexos dessa ação manifestados na paisagem rural paranaense.

A inter-relação entre as cooperativas, as grandes *trades* agrícolas e os outros agentes sócio-econômicos no espaço geográfico resultam numa situação extremamente interessante. No Paraná, a articulação das cooperativas, interagindo no espaço geográfico, as coloca as mesmas numa posição de destaque no cenário econômico regional; e apesar de crises conjunturais que afetam o setor agropecuário eventualmente, a diversificação nas atividades e a atuação no setor industrial permitem que seu desempenho se mantenha. Ficam as questões: é possível que as empresas cooperativas encontrem formas de resistir á presença maciça de *trades* no seu mercado espaço de atuação? Seria possível a haver formas de ação conjunta (monopolizando ainda mais as cadeias produtivas agroindustriais) ou existe mesmo um diferencial desse tipo de

⁵ A Cargill aparece como uma das principais compradoras de soja da Cocari (FAJARDO, 2000, p.99).

empresa que possa ser considerado? (capital nacional, origem e fixação regional, aliança com o Estado etc.).

Metodologicamente esses questionamentos não visam apenas a obtenção de dados ou informações numa abordagem descritiva, mas, pelo contrário devem estimular uma visão crítica dos processos, que são históricos, geradores de transformações no espaço. O espaço como um todo, o meio rural, a paisagem etc, inter-relacionados, estão introduzidas numa lógica econômica que é contraditória, onde conflitos de interesses (o exemplo da concorrência e disputa no âmbito oligopólico ilustra essa visão) são quase uma regra.

Para buscar resposta às questões levantadas, é essencial realizar inicialmente uma discussão teórico-conceitual sobre o território econômico e a paisagem no âmbito do espaço rural. Esse ponto é importante no sentido de elucidar metodologicamente alguns pontos e proposta do trabalho. Em seguida, as transformações no território brasileiro passam a ser tratadas no intuito de esclarecer aspectos históricos da formação econômica brasileira. Como estes são responsáveis por modificações ocorridas na agropecuária inserida no conjunto econômico é também essencial considerar o papel do Estado na condução das políticas públicas de desenvolvimento e o tratamento recebido pela agricultura.

Os impactos de um processo de internacionalização da economia e formação de uma economia globalizada nas atividades agropecuárias correspondem ainda outro eixo de discussão. A análise ainda inclui a compreensão do chamado “agronegócio⁶” como a imposição de uma territorialidade econômica dominante no espaço rural.

Partindo da configuração geral do território brasileiro, que é estruturada pela atividade produtiva, chegamos então ao caso do Paraná. A situação atual da economia paranaense é vista como fruto de um processo de ocupação segmentada e das conjunturas econômicas nacionais e internacionais. Historicamente, a caracterização do território paranaense é compreendida por fases econômicas percorridas desde a sua fundação em 1853, como Província após o desmembramento de São Paulo. Questões relativas à condição periférica na sua formação econômica (PADIS, 1981) também devem também ser levantadas.

⁶ O termo “agronegócio” deriva do inglês “agribusiness” que teve origem na Escola de Administração da Universidade de Harvard e que propõe uma visão sistêmica do funcionamento das atividades relacionadas à agropecuária (SIFFERT FILHO; FAVERET FILHO, 1998, p. 266).

Por fim, a ação das grandes cooperativas e das *trades* agrícolas, como os casos: Coamo, Cocamar, Cargill e Bunge, resulta numa territorialidade que pode ser interpretada. Nesse sentido as discussões em torno do próprio conceito de “desenvolvimento rural” também são relevantes.

A emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deva ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Esse espaço é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos. Portanto, o conteúdo desse espaço é entendido como o território. Mas não se trata apenas do entendimento teórico e abstrato, pois esta perspectiva também propõe que as soluções e respostas normativas aos problemas existentes nesses espaços encontram-se nele mesmo. (SCHNEIDER, 2004, p. 99).

Em termos de territorialidade econômica, as empresas, ao lutar pela posse de mercados, concorrem na disputa por território. Na perspectiva de um mercado global mais acirrada fica então a competição.

A empresa controla não somente todo o aparelho da sua produção, que compreende seres e coisas, mas também controla, de uma forma mais indireta, os seres e as coisas por intermédio de seu ou de seus mercados. Quando entra em concorrência com outras empresas, coloca na balança tudo ou parte de seus trunfos. (RAFFESTIN, 1993, p. 59).

Dentro da lógica global, a tendência à compartimentação e fragmentação do espaço faz com que haja, paradoxalmente, um choque e uma associação do movimento da sociedade planetária, com o movimento particular das frações, regional ou local da sociedade nacional (SANTOS, 2002, p.. 79-80).

Mas será essa materialidade econômica o fator dominante na estruturação do território? Segundo os autores Vieira, E. F.; Vieira, M. M. F. (2003, p. 19) o espaço econômico assume na atualidade maior proeminência em relação aos demais (social, cultural, político dos direitos individuais e coletivos) o que significaria a existência de um contraponto em contraste e articulado, ou seja: os espaços econômicos mundiais na economia global comandaria as decisões no mundo dos negócios, em contraste, aparentemente paradoxal, com o papel do lugar e suas singularidades. Do ponto de vista da conformação territorial em geral, a discussão poderia partir do caráter funcional. Ou seja, as relações de poder envolvidas, ainda que esse tenha extremo vínculo político, que, muito mais que discursivo ou conceitual, abrangem a esfera concreta e efetiva das

decisões e delineamentos na orientação das territorialidades. Mas sob a ótica de um olhar mais amplo dos agentes presentes, os aspectos culturais não podem ser descartados no jogo das combinações que faz o campo político das ações.

Em qualquer circunstância, o território encerra a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo, descontadas trocas com o exterior. O espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo, é suporte material da existência e, mais ou menos fortemente catalisador cultural-simbólico - e, nessa qualidade, indispensável fator de autonomia. (SOUZA, 2003, p. 108).

Haesbaert (2004, p.60-61) expõe a visão de Milton Santos, de um “território de todos”, que retoma as idéias de François Perroux, onde esse território é correspondente ao “espaço banal”. Essa discussão é extremamente interessante, já que permite conhecer claramente o conceito trabalhado por Santos, equivale-se ao “território usado”, quase um sinônimo de espaço geográfico. Assim, o desenvolvimento econômico resultaria num processo de organização, reorganização e mesmo desorganização do espaço a partir de “pólos dinâmicos” (como em Perroux), mas por esse mesmo ponto de vista territorialidades e desterritorialidades aproximam-se, ainda que os termos não sejam utilizados.

O fato de que a força nova das grandes traga, como firmas, neste período científico-técnico, traga como conseqüência uma segmentação vertical do território supõe que se redescubram mecanismos capazes de levar uma nova horizontalização das relações, que esteja não apenas a serviço do econômico mas do social. (SANTOS, 1997b, p. 157).

O território econômico traduz-se, assim, no espaço das “horizontalidades” cujos objetos, os fixos e os fluxos materializados na estrutura espacial, incorporam também as transformações regionais. Nesse sentido, a abrangência vai além do econômico e fatores de ordem política, cultural e social, estão mais presentes na forma de agentes que dinamizam todo processo.

Na visão de Santos (1997b, p. 50-55) o território compreendido tanto como territórios nacionais ou como a base física e espacial, da produção, se vê afetado pela lógica global das transformações na atualidade. A divisão territorial e social do trabalho é fortalecida na mundialização do espaço geográfico, onde as mesmas horizontalidades compartilham o cotidiano territorial. Resta então considerar como as *trades* agrícolas e as grandes

cooperativas agropecuárias intervêm no espaço rural, constituindo em importantes elementos de redefinições territoriais no Paraná. Uma análise inicial demonstra que o potencial transformador dessas empresas é extremamente considerável, tendo em vista que essas empresas acabam se convertendo em orientadoras de todo processo.

Referências

BERNARDO, Elisa E. R. Repensando o cooperativismo agrícola. In: REUNIÃO ESPECIAL DA SBPC – SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 6^{a.}, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 1998. p.105-109.

BRDE – BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. Superintendência de Planejamento. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE: histórico, situação atual e perspectivas.** Porto Alegre: BRDE, 2003.

BUNGE BRASIL S/A. **Histórico Bunge Alimentos.** São Paulo: Centro de Memória Bunge, 2005a.

_____. **Histórico Bunge Fertilizantes.** São Paulo: Centro de Memória Bunge, 2005b.

_____. **Histórico do Grupo Bunge.** São Paulo: Centro de Memória Bunge, 2005c.

CARGILL. Cargill: 40 anos construindo sua história no Brasil com responsabilidade social. **Perfil Social 2004**, Maio 2005.

CARGILL(a). **A Cargill.** Disponível em: <http://www.cargill.com.br/C8/A%20Cargill/default.aspx>>. Acesso em 19/01/2006a.

CARGILL(b). **Portal foods: Cargill no Brasil.** Disponível em: <http://www.cargillfoods.com.br/Cargill%20no%20Brasil/default.aspx> >. Acesso em: 17/01/2006b.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial.** 4 ed. São Paulo: Ática, 1991.

DELGADO, Guilherme. **Capital financeiro e agricultura no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp/Ícone, 1985.

DEMO, Pedro. Alguns pressupostos metodológicos. In: _____. **Introdução à metodologia da ciência.** São Paulo: Atlas, 1987. p.53-112.

FAJARDO, Sergio. **Dinâmica sócio-espacial das cooperativas agropecuárias no contexto do complexo agroindustrial: o caso da Cocari, Mandaguari-PR.** 2000. 172 f.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2000.

FLEISHFRESSER, Valéria. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná na década de 70**. Curitiba: CONCITEC/IPARDES, Livraria do Chain, 1988.

FONSECA, Sandra R.; COSTA, Vera M. H. de M. As transformações recentes no setor agroindustrial brasileiro: uma abordagem da atividade cooperativista. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 25, n. 49-50, p. 363-372, 1995.

GASQUES, José Garcia; VILLA VERDE, Carlos Monteiro; OLIVEIRA, José Arnaldo F. G. de. **Crédito rural e estrutura de financiamento**. Brasília: IPEA, 2004. p.47. (Texto para Discussão n. 1036), 2004.

GODOY, Paulo. Uma reflexão sobre a produção do espaço. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 2, n. 1, p. 29 -42, jun. 2004.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre; SPÓSITO, Eliseu S. ; SAQUET, Marcos A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 87-120.

KAGEYAMA, Ângela. (coord.). **O novo padrão agrícola brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais**. Campinas: [s.n.],1987.

LEÃO, Igor Z. C. C. **O Paraná nos anos setenta**. Curitiba: IparDES/Concitec, 1989.

LOPES, Juarez R. B. **Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1981.

MARANDOLA, Maria E.; LUGNANI, Antonio Carlos. Cooperativas agropecuárias no norte do Paraná: crescimento e capitalização da Valcoop e da Corol no período 1970-98. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 101, p. 53-70, jul./dez. 2001.

MEDEIROS, Natalino Henrique. **A competição schumpeteriana e a organização cooperativa: o caso da Cocamar**. Maringá: Dep. de Economia/UEM, 1997. 18p. (Texto para discussão 30).

OCEPAR. Sindicato e Organização das cooperativas do Estado do Paraná. **O cooperativismo paranaense**. Curitiba:[s.n.], 1997.

OCEPAR. Cooperativismo paranaense: balanço social. **Paraná Cooperativo**, Curitiba, dez. 2004 p. 100.

PADIS, Pedro C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** São Paulo, HUCITEC, 1981.

PASSOS, Messias M.; MORO, Dalton A. A geografia e as lógicas regionais. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 21, n. 1, p. 1-12, 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Antonio Giacomini. As transformações da sociedade e os recursos da natureza na região de Palmas e Guarapuava. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 7, n.1, p. 17-80, set. 1989.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** 5 ed. São Paulo: HUCITEC, 1997a.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: HUCITEC, 1997b.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização.** 9 ed. São Paulo: Record, 2002.

SCHNEIDER, Sergio A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

SIFFERT FILHO, Nelson; FAVERET FILHO, Paulo. O sistema agroindustrial de carnes: competitividade e estrutura de governança. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-297, dez. 1998.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de.; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas.** 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 77-116.

STORPER, Michal. Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: LAVINAS, Lena. CARLEIAL, Liana M.; NABUCO, Maria R. (org.). **Integração, região e regionalismo.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p. 13-26.

TRINTIN, Jaime Graciano. Desenvolvimento regional: o caso paranaense. **A Economia em Revista**, Maringá, n. 2, p. 73-92, 1993.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização.** 6 ed. São Paulo: Record, 2002.

VILELA, Nirlene Junqueira. Fatores desfavoráveis ao desenvolvimento do cooperativismo no Brasil. In: SEMINÁRIO AGROPECUÁRIO DO ACRE, II. Rio Branco, 1998,. **Anais EMBRAPA.** Ministério da Agricultura – UEPAE. Rio Branco, 1998, p. 301-310.

Recebido em 20/11/2006

Aceito para publicação em 14/012/2006